

# Um novo plano. Para garantir as eleições.

O governo curvou-se diante do reaquecimento da inflação e voltou a indexar a economia, atrelando-a ao Bônus do Tesouro Nacional Fiscal (BTNF). Agora, há novamente um índice de correção monetária diário, no qual Brasília deposita suas esperanças de evitar a dolarização dos preços, ante-sala de qualquer hiperinflação. Ao tomar essa decisão, que põe um ponto final no Plano Verão do ministro Mailson da Nóbrega, as autoridades tentam formular um plano que leve o País até as eleições de novembro e à posse do novo presidente, em março, sem que nenhum acidente de percurso faça a transição democrática descarrilar na reta final.

Não será tarefa fácil, pois a ameaça da hiperinflação veio acompanhada de sinais de agudo enfraquecimento político do governo e da sua capacidade de fazer com que empresas e cidadãos acreditem em seus atos. Daí para a total desconfiança em que o BTNF sirva de fato de proteção contra a desvalorização das rendas e dos patrimônios é um passo. Depois, virão a dolarização da economia e a inevitável hiperinflação. Esse enredo já é conhecido dos argentinos, que sabem que a tragédia do enlouquecimento dos preços se instala de um único e rápido golpe: em janeiro, o presidente Raúl Alfonsín ainda pôde anunciar à nação que a inflação havia ficado um pouco abaixo dos

10%. Em maio, ela atingiu 78% e caminha rapidamente para romper a barreira dos 100% em junho.

O descontrole dos gastos públicos, a necessidade de o Tesouro captar cada vez mais recursos através do lançamento de títulos em um mercado financeiro temeroso em ampliar sua margem de risco e ainda a possibilidade de um estrangulamento nas contas externas que pulverize as reservas de divisas do Banco Central somam-se à falta de credibilidade do governo para compor a fórmula da hiperinflação. Misture-se cada um desses ingredientes em doses crescentes, e o resultado é infalível.

Se prever a chegada da hiperinflação no Brasil ainda é uma aposta arriscada, também é verdade que a economia trafega no momento em terreno perigoso. Já existe nas suas engrenagens o gatilho que pode disparar o completo descontrole dos preços. Afinal, sabe-se há algum tempo que o festejado discurso da austeridade fiscal que embalou o pacote do Plano Verão não produziu nenhum efeito prático.

A máquina do Estado continuou intocável, a arrecadação de impostos não consegue cobrir as despesas da União — entre as quais se destaca o pagamento dos juros da dívida interna — e o resultado é que o déficit público aproxima-se dos 7% do Produto Interno Bruto (PIB). Um número



Mailson da Nóbrega: o seu plano acabou, mas já se fala em outro.

que é a metade do rombo das contas oficiais argentinas, mas o suficiente para acelerar a rotação de um dos mais eficientes motores da inflação: a emissão de moeda e a pressão crescente sobre o mercado financeiro, exercida pelo lançamento de grandes lotes de títulos do Tesouro a taxas de juros elevadas. O objetivo é tentar atrair investidores, desconfiados de que a União terá dificuldade, mais cedo ou mais tarde, de resgatar seus países. Na ponta final desse circuito,

encontram-se as impressoras da Casa da Moeda.

## Moratória à Vista

O ex-ministro Mário Henrique Simonsen costuma dizer que, se a inflação faz razoáveis estragos na economia, o estrangulamento cambial mata. A crise argentina provou que Simonsen tem razão. Lá, os preços dolarizaram-se de vez quando o Banco Central acabou de esvaziar seus cofres, queimando em três meses

cerca de US\$ 3 bilhões para impedir a disparada do black. Não teve êxito, como se sabe.

O Brasil ostenta algumas estatísticas alvissareiras no front externo da economia. Tem mantido grandes superávits no comércio externo (US\$ 19 bilhões no ano passado e prováveis US\$ 16 bilhões até dezembro), e isso lhe dá alguma retaguarda no combate à hiperinflação. Mas é certo que o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, não pode dormir tranquilo, iludido com os feitos alcançados pelas exportações. Que o digam os boatos da semana passada, em torno de uma maxidesvalorização do cruzado.

O que importa é que soou o alarme da perda de dinamismo das exportações. Pressionados pelo aumento dos custos internos de produção, as empresas retêm mercadorias nos portos, à espera de que o governo altere o câmbio e lhes permita ganhar mais cruzados por dólar faturado nas vendas ao Exterior. Trata-se de um duro dilema para qualquer governo: desvalorizar a moeda e ajudar exportações, mas em troca aquecer a fornalha da inflação com o aumento do custo das importações ou segurar a paridade entre o cruzado e o dólar, ganhar alguns pontos no índice de preços, sabendo porém que as reservas do Banco Central começariam a cair em função do encolhimento do superávit comercial. Ao anunciar que haverá minidesvalorizações

diárias daqui para a frente, o governo foi claro: prefere mais inflação do que menos divisas.

Essa equação, contudo, não está resolvida. Os desencontros de Brasília com os bancos e com o Fundo Monetário Internacional (FMI) continuarão pondo as reservas do Banco Central em perigo. O dinheiro prometido pelos banqueiros nas negociações do ano passado não veio e, para agravar a situação, em setembro está esperada uma promissória de US\$ 2,5 bilhões referentes a juros. Portanto, caso não haja alterações substanciais nesse quadro, dificilmente o País pagará essa conta. O que significa que o calendário econômico aponta para uma possível moratória para dentro de dois meses e meio, conhecido combustível da disparada do black.

Por todas essas razões, nunca se esteve tão próximo de uma hiperinflação. E ela pode chegar de várias formas. Até mesmo por uma ameaça de quebra em cadeia de instituições financeiras, como a que ocorreu nos últimos dias na esteira do calote dado pelo especulador Naji Nahas na Bolsa. A corrida de investidores assustados para o dólar seria incontrolável e se propagaria em ondas para outros setores da economia. Sem mais condições políticas de executar um plano de longo alcance, resta ao governo tentar evitar o pior. O que já será muito.

Aluizio Maranhão/AE